

O MODELO DE WELFARE DA EUROPA DO SUL Reflexões sobre a utilidade do conceito

Pedro Adão e Silva

Resumo Este texto começa por discutir as características comuns do modelo de *welfare* dos países da Europa do Sul, adoptando a perspectiva de que tanto os processos macro-históricos quanto as transformações sociais são decisivos para o seu desenvolvimento. Numa segunda parte, são discutidas as semelhanças que a protecção social, o mercado de trabalho e a família apresentam nesta região, bem como a forma como as três dimensões se interligam. O artigo conclui sublinhando a importância de uma abordagem segundo “modelos”. No entanto, é também defendida a necessidade de desenvolver abordagens específicas sobre cada um dos casos. Isto é particularmente importante nos países da Europa do Sul, onde a produção de bem-estar apresenta um conjunto de características específicas ainda não suficientemente estudadas pela literatura.

Palavras-chave Europa do Sul, *welfare*, protecção social, mercado de trabalho, família.

Hell has no fury like a mislabelled specimen
[Peter Baldwin, 1996]

Os mundos dos modelos de *welfare*

O facto de as políticas sociais serem cada vez mais vistas quer como parte integrante das economias políticas nacionais, quer como elementos definidores da natureza dos estados modernos, tem contribuído para tornar o estudo do estado providência particularmente popular entre os cientistas sociais.¹ Assim, estudar a forma como aqueles variam de país para país tem-se revelado importante, não apenas para compreender dinâmicas mais gerais da economia política, mas, também, para desenvolver hipóteses sobre países específicos. Deste modo, a forma como hoje concebemos os estados providência é, em larga medida, tributária de uma lógica comparativa, assente na agregação de países em torno de aspectos institucionais e constelações de *outputs*.

Foi neste contexto que o amplamente citado livro de Gøsta Esping-Andersen (1990) — *The Three Worlds of Welfare Capitalism* — despertou um interesse renovado em torno do estudo dos estados providência nas sociedades do capitalismo avançado. Ao abandonar a lógica das pesquisas anteriores, centradas maioritariamente

ou em configurações ideais típicas ou nos níveis e tipos de despesas sociais, a abordagem de Esping-Andersen transformou os estudos comparativos sobre políticas sociais. De acordo com Francis Castles e Deborah Mitchell (1993: 100), a consequência foi que as tarefas de investigação neste campo alargaram-se de uma descrição dos factores que determinam a natureza dos diversos tipos de *inputs*, para um desafio triplo:

- estabelecer com precisão a natureza das ligações que operam em cada país, bem como entre áreas de políticas;
- localizar as configurações amplas que providenciam o bem-estar e que caracterizam os estados providência contemporâneos;
- procurar razões para que configurações particulares ocorram em países específicos.

Ainda que sujeito a uma série de críticas, que ele próprio reconheceu e procurou superar no seu livro mais recente (1999), Esping-Andersen procurou lidar com estas três dimensões a partir de uma perspectiva macro e comparativa. Partindo dos conceitos de “desmercadorização” de Karl Polanyi (1944), de “cidadania social” de T. H. Marshall (1950), dos modelos ideais típicos de políticas sociais de Richard Titmuss (1974) e, essencialmente da codificação destes conceitos levada a cabo pela escola da *power resources theory*, Esping-Andersen definiu o conceito de “modelo de *welfare*”.² Este conceito tornou-se um instrumento particularmente poderoso para a compreensão de como as políticas sociais influenciam o funcionamento do mercado de trabalho, bem como estruturas sociais mais amplas e de como neste processo uma série de factores se interligam. Assim, Esping-Andersen agrupa países em modelos através de três princípios teóricos que funcionam enquanto agregadores de indicadores: os efeitos da cidadania social na posição dos indivíduos perante o mercado de trabalho; o sistema de estratificação social que daí resulta; e a relação que se estabelece entre estado, mercado e família na provisão social. De modo a identificar e classificar os “modelos de *welfare*”, utiliza um conceito determinante: “desmercadorização”, entendido enquanto “o grau segundo o qual aos indivíduos ou às famílias é possível manter um nível de vida socialmente aceitável, independentemente da participação no mercado” (Esping-Andersen, 1990: 37). Este conceito é uma ferramenta que visa captar a capacidade dos estados providência para enfraquecer a supremacia da relação mercadorizada, resultante da participação formal dos indivíduos no mercado de trabalho. De acordo com a sua linha de argumentação, a evolução e o desenvolvimento dos estados providência são consequência das diferentes respostas a pressões com a vista à “desmercadorização”, e é através deste processo que é possível distinguir três modelos distintos de *welfare* — o escandinavo ou “social-democrático”; o continental ou “corporativo”; e o anglo-saxónico ou “liberal”.

As características principais de cada um dos três modelos têm sido abundantemente descritas e debatidas, pelo que dado o propósito deste artigo, debruçar-me-ei apenas sobre o modelo “corporativo”, pois, frequentemente, os países da Europa do Sul são vistos como versões menos desenvolvidas deste.³

Quadro 1 Os modelos de *welfare* de Esping-Andersen

Modelo de <i>welfare</i>	Dimensões típicas	Países	Riscos sociais associados	Estratégias de resposta aos cenários de crise
Continental ou Corporativo	Regimes de protecção segundo o estatuto profissional	Áustria Bélgica	Discriminatório das mulheres	Indução da saída precoce do mercado de trabalho
	Protecção social dos funcionários públicos elevada	França Alemanha Holanda Luxemburgo	Encargos sociais com a mão-de-obra elevados Excesso de peso das despesas com pensões Dificuldade em responder a níveis elevados de desemprego	Aumento da produtividade Prestações sociais de desemprego e de reforma antecipada elevadas
Anglo-saxónico ou Liberal	Prestações sujeitas a condição de recursos	Reino Unido	Armadilhas de pobreza	Desregulação do mercado de trabalho
	Importância do sector privado nas pensões Importância das despesas privadas com saúde	Irlanda	Aumento da desigualdade social e da pobreza Trabalhadores pouco qualificados e baixos salários	Flexibilidade salarial, redução do valor dos salários mais baixos Erosão do valor das prestações Redução de programas sociais
Escandinavo ou Social democrático	Acesso universal	Dinamarca	Dificuldades de financiamento	Expansão dos serviços sociais, com criação de emprego público
	Prestações igualitárias Serviços de apoio às famílias desmercadorizados	Finlândia Suécia	Dificuldades de manutenção de níveis elevados de qualidade do serviço público Limites do emprego no sector público Erosão do ideal solidarístico subjacente	Expansão da participação feminina no mercado de trabalho Expansão do trabalho em <i>part-time</i> Desenvolvimento de medidas activas de inserção no mercado de trabalho

Fontes: Esping-Andersen (1990: 69-78), Esping-Andersen (1996: 10-20), Rhodes (1997b: 61-62), adaptado de Pedroso (1999).

Contrariamente à lógica desenvolvimentista dos direitos de cidadania, tal como definida por T. H. Marshall (1950), as raízes do estado providência nos países integrantes do modelo “corporativo” não se encontram no processo sequencial que resulta da conquista dos direitos de cidadania civil, política e, conseqüentemente, social, mas, sim, na tentativa de estados autoritários conterem este mesmo processo. Nos países da Europa continental, as políticas sociais foram frequentemente utilizadas por regimes autoritários, simultaneamente, como forma de abrandar a

mobilização dos movimentos operários e de aumentar a lealdade dos funcionários públicos a um estado central, muitas das vezes embrionário (note-se o caso paradigmático da Prússia no tempo de Bismarck, claramente não movido por nenhuma ambição solidária).⁴ Uma outra influência decisiva nas fundações deste modelo prende-se com a doutrina social do catolicismo, nomeadamente através da codificação por esta do papel da família e da comunidade na transição das sociedades feudais para as sociedades industrializadas.⁵ Assim, o papel desempenhado pela tradição é particularmente importante para a garantia do bem-estar, designadamente através da importância concedida a estruturas pré-industriais — ao mesmo tempo distintas das forças do mercado e dos interesses das classes operárias e que se encontravam socialmente encastradas, quer na igreja, quer na família — ou ainda, através da perpetuação pública de formas de solidariedade que precedem a industrialização, e daí o paralelo entre as mutualidades e os esquemas ocupacionais de seguro social (Crouch, 2001: 178). Como tal, pode mesmo afirmar-se que o objetivo central implícito às políticas sociais nos países do modelo “corporativo” é, não a “desmercadorização” e a promoção da mudança social por via da redistribuição, mas, sim, a manutenção de formas preexistentes de solidariedade, ainda que a um novo nível e procurando dar resposta aos riscos trazidos pela sociedade industrial. É neste sentido que um dos valores essenciais que rege as políticas sociais nestes países é a preservação da coesão social, sendo a intervenção pública vocacionada para a garantia da estabilidade e da segurança (Goodin e outros, 1999: 55).

Intimamente ligada a estas fundações ideológicas encontra-se uma forma particular de concessão da responsabilidade na promoção da coesão social: o princípio da subsidiariedade (Kersbergen, 1995). Subsidiariedade que implica esquematicamente:

- que o estado não trate de forma igual todos os indivíduos e grupos sociais mas que, numa atitude característica do corporativismo, lide com os grupos sociais de acordo com o seu *status*;
- uma relutância da sociedade em delegar poderes no estado, sendo este visto como o último recurso para a intervenção social, e somente responsável pela intervenção quando outras instituições, de natureza intermédia, se mostram incapazes;
- que os benefícios sociais para os homens adultos sejam capazes de substituir, em caso de necessidade, o nível de rendimentos familiares preexistentes (Castles, 1994: 22-3).

Para usar a distinção durkheimiana, neste modelo, o papel das solidariedades mecânicas é fundamental, ainda que o desenvolvimento das solidariedades orgânicas seja reconhecido como necessário. É neste contexto que deve ser visto o papel da família patriarcal na promoção do bem-estar, com o homem “ganha-pão” ligando o agregado familiar à sociedade, através da sua relação laboral, e a mulher responsável pelo bem-estar do agregado, ligada às estruturas sociais mais vastas através do trabalho do marido (Goodin e outros, 1999: 52).

A organização institucional e a estrutura de benefícios nos estados

providência que compõem o “modelo corporativo” resultam deste contexto ideológico e social. Como sublinha Esping-Andersen, “a essência do ‘modelo corporativo’ assenta numa mistura de segmentação baseada no *status* com familiarismo” (1999: 81). Consequentemente, todas as políticas, quer de garantia de rendimentos, quer de saúde, encontram-se relacionadas directamente com o estatuto do agregado familiar no mercado de trabalho. Ainda que hoje em dia se assista a mudanças e a alguma ténue convergência por força da europeização, a lógica bismarckiana de seguro social ocupacional obrigatório é dominante e, com a excepção da assistência social, os benefícios sociais e as regulamentações que os regem são diferentes de acordo com o grupo profissional de pertença. Os esquemas de protecção social baseiam-se essencialmente em transferências monetárias, utilizando um mecanismo horizontal de distribuição, não promovendo, de forma generalizada, serviços de apoio à família. Uma outra característica deste modelo prende-se com a sua natureza dualista, i.e., os *insiders* encontram-se firme e efectivamente protegidos, ao mesmo tempo que os *outsiders* (aqueles que ou não têm uma carreira contributiva sólida ou trabalham nas margens do mercado de trabalho formal e no mercado informal) são discriminados e deixados sob a protecção de redes incipientes de assistência social.

A principal consequência desta configuração, quer no que se prende com o funcionamento do mercado de trabalho, quer no que se prende com a distribuição de rendimentos, é que, devido à supremacia do objectivo coesão social, é dada prioridade à protecção do adulto “ganha-pão” com uma relação laboral formal e duradoura. Deste modo, nomeadamente quando comparados com os países pertencentes quer ao “modelo liberal”, quer ao modelo “social-democrático”, estes países apresentam níveis de desemprego mais elevados, afectando essencialmente as mulheres e os jovens, combinados com taxas de emprego baixas para estes dois grupos. Ainda assim, a percentagem de famílias pobres, bem como o índice de Gini, apresentam valores não distantes dos do “modelo social-democrático” — usualmente visto como um *benchmark* a este respeito.

De acordo com Esping-Andersen, o quadro geral das características principais do modelo “corporativo” adequa-se aos países do capitalismo avançado da Europa Continental, mas, também, aos países da Europa do Sul. Especialmente nos seus primeiros trabalhos sobre o tema, Esping-Andersen devota pouca atenção aos países da Europa do Sul, fazendo derivar as suas características daquelas encontradas nos países continentais e assumindo que aqueles são versões pouco desenvolvidas destes.⁶ Na verdade, como referia Francis Castles, em 1995, olhando para o *output* dos estudos comparados sobre o estado providência, é como se a Europa do Sul não existisse. Entretanto, a investigação centrada no estado providência destes países tem-se desenvolvido, levantando uma série de questões sobre a capacidade do modelo “corporativo” para compreender e explicar a diversidade dos países que, à partida, o compõem. É, hoje, claro que não só não há razão para excluir estes países dos estudos comparativos, como, também, as suas especificidades colocam em causa os próprios pressupostos em que assentam estes estudos. Como escreve Luis Flaquer, referindo-se à situação actual da Europa do Sul, “os seus programas de substituição de rendimentos não são residuais, os seus estados providência

estão substancialmente desenvolvidos e os dados disponíveis já não são disponibilizados de forma desadequada. Estes países podem ensinar-nos bastante sobre as relações complexas que se estabelecem entre o estado, o mercado e a família, considerados os três alicerces do edifício do bem-estar” (2000: 15). No entanto, para avaliar a utilidade de tomar os países da Europa do Sul como constituindo um quarto modelo, é importante ter em consideração as críticas mais genéricas à abordagem de Esping-Andersen.

Os limites dos três mundos de *welfare*

Uma determinada tipologia de *welfare* só é válida e útil em termos relativos e tendo em consideração, quer o seu potencial heurístico, quer a sua relevância analítica (Ferrera, 1997: 23-4).⁷

Desta perspectiva epistemológica resulta uma série de consequências para o estudo dos modelos de *welfare* no âmbito da abordagem tríptica proposta por Esping-Andersen, nas quais radica a necessidade e utilidade de criar um quarto modelo.⁸ Consequências estas que se prendem com a capacidade de um determinado modelo reflectir a diversidade interna dos países que o compõem e com a pertinência e exaustão dos critérios utilizados para agrupar os países.

Se é verdade que a tipologia proposta por Esping-Andersen é um instrumento poderoso para promover hipóteses e compreender de forma macro as dinâmicas dos estados providência (assim como da interacção entre estes), o mercado de trabalho e os agregados familiares, esta revela, contudo, limitações ao nível da compreensão das nuances e especificidades de cada um dos países que fazem parte de um modelo. Isto é, por sublinhar as semelhanças em detrimento das diferenças, incorre o risco de prejudicar o seu próprio potencial explicativo. Isto remete-nos, claramente, para os critérios em que se baseia a agregação de países em “modelos de *welfare*”.

Podemos distinguir dois tipos de críticas aos critérios utilizados por Esping-Andersen. Um primeiro que se prende com o carácter etnocêntrico da sua abordagem e um segundo, ainda que interligado, que tem a ver com os limites do conceito de desmercadorização.

Na verdade, na sua abordagem, a definição de estado providência, bem como da forma como este se desenvolveu, é baseada no modelo escandinavo e na perspectiva da escola de *power resources*. Se é verdade que esta explicação funciona genericamente no que toca aos países escandinavos, o mesmo não se aplica em relação a outros países. Esta estreiteza teórica cria problemas à compreensão do desenvolvimento de estados providência noutras regiões, limitando a compreensão das interacções que destes resultam (Boje, 1996: 17). A utilização do conceito de “desmercadorização” como indicador primordial para a classificação dos estados providência, assenta precisamente numa perspectiva centrada na realidade escandinava, em que o principal instrumento de garantia de bem-estar se encontra

associado aos mecanismos de substituição de rendimentos, i. e., aos esquemas de segurança social. Fazer derivar o essencial da natureza de um modelo de *welfare* a partir da forma como os esquemas de substituição de rendimentos desmercadorizam a situação dos indivíduos relativamente ao mercado de trabalho, não só negligencia o papel de outras dimensões na garantia do bem-estar, como pode ser um obstáculo à compreensão de dinâmicas mais complexas e diversas das que derivam do papel dos mecanismos formais de segurança social.

Assim, para compreender a produção do bem-estar nos países do capitalismo avançado há, não apenas, que centrar a atenção na capacidade desmercadorizadora do estado providência, mas, também, com intensidade semelhante, na forma como a acção deste interage com os dois outros alicerces desta produção: o mercado de trabalho (formal e informal) e os agregados familiares. Foi neste contexto que surgiram as críticas que salientam a importância das questões de género para compreender as políticas sociais, e de forma mais ampla a formação e a estruturação dos estados providência.⁹

De acordo com investigadores que têm reflectido sobre a implicação do género nas políticas sociais, as perspectivas tradicionais de investigação do estado providência não tomaram em consideração um número de formas de provisão de bem-estar. Como sublinha Jane Lewis, “a relação crucial é não apenas entre trabalho assalariado e bem-estar, mas entre trabalho assalariado, trabalho não assalariado e bem-estar (...) conceitos como desmercadorização e dependência têm um significado de género raramente reconhecido. Quando Esping-Andersen fala de desmercadorização enquanto um pré-requisito necessário à mobilização política, o trabalhador que ele tem em mente é homem e a sua mobilização pode depender tanto do trabalho feminino doméstico e não assalariado como das políticas estatais. (...) A divisão desigual do trabalho não assalariado embacia as distinções dicotómicas entre dependente e independente, mercadorizado e desmercadorizado” (1992: 160-1). Deste modo, os modelos podem variar, não apenas de acordo com a natureza da desmercadorização que promovem, mas, também, de acordo com a forma como se afastam do paradigma do homem “ganha-pão”.

No centro destas críticas encontra-se, em última análise, o papel da família na garantia do bem-estar e, conseqüentemente, na configuração dos modelos — ou seja, a família não deve ser encarada como uma questão sectorial na análise da produção do bem-estar, mas, pelo contrário, enquanto uma dimensão essencial para a sua compreensão. É, aliás, neste sentido que Esping-Andersen (1999), respondendo e incorporando muitas das críticas feitas, procede a uma reanálise dos regimes de *welfare*, considerando de forma mais sistemática o papel da família na provisão do bem-estar e a interacção desta com o estado e o mercado. Para tal, procede a uma reanálise de duplo sentido. Por um lado, questiona a forma usualmente não dinâmica como o papel da família é considerado no triângulo que providencia o bem-estar — i. e., a incapacidade revelada pela maior parte das teorias sobre o estado providência em captar as transformações não lineares ocorridas na família, nomeadamente o modo como frequentemente estes processos de mudança se afastam do paradigma parsoniano. Por outro lado, analisa a forma como as transformações na família interagem, quer com a produção quer com o consumo de

bem-estar e, mais genericamente, quais os seus efeitos nos estados providência, bem como nas transformações das sociedades pós-industriais (1999: 49-50). Tal reanálise assenta num conceito agregador — o de desfamiliarização — que surge assim, como um complemento do de desmercadorização e que pretende captar o nível de obrigações de bem-estar que dependem da acção da própria família (sendo um regime de *welfare* familiarista aquele que maior papel concede à família na provisão do bem-estar).

O que é a Europa do Sul?

Os modelos de *welfare* são o resultado de longos processos de estruturação e de uma ampla série de factores em interacção. Para além do mais, dado o encastramento sociopolítico das políticas sociais, uma compreensão aprofundada dos aspectos específicos de cada modelo implica que se preste particular atenção aos contextos históricos em que aquelas se desenvolvem. Como sublinha Michael Shalev, “os países agrupam-se nas políticas, porque se agrupam na política” (cit. Pierson, 2000: 809). Deste modo, para compreendermos os aspectos comuns dos países que formam um modelo, é necessário compreendermos a forma como estes têm processos sociopolíticos comuns. Assim, considerar que os países da Europa do Sul formam um modelo de *welfare* depende, em larga medida, dos aspectos distintivos das sociedades da Europa do Sul por relação às restantes.

Uma primeira questão que se coloca prende-se com os critérios utilizados para definir Europa do Sul. Sendo claro que existem diversas “Europas”, como é que podemos distinguir entre elas? É a geografia uma ferramenta adequada? Então, os países banhados a sul pelo mediterrâneo deveriam ser considerados como sul-europeus? A consequência seria incluir a França e, tomando a geografia literalmente, excluir Portugal. No entanto, para considerarmos a Europa do Sul como um conceito agregador, é necessário olhar para a extensão dos aspectos comuns e semelhantes das estruturas sociopolíticas destas sociedades, bem como para os paralelismos nos seus processos de desenvolvimento. A Europa do Sul é uma realidade baseada em factores sociopolíticos e não geográficos.

Os candidatos mais bem posicionados para se juntaram à Espanha, Grécia, Itália e Portugal como “membros” da Europa do Sul seriam, por diferentes motivos, a França, Turquia e alguns dos países que formavam a ex-Jugoslávia. No entanto, ainda que estes candidatos tenham muitas características geográficas, climáticas, antropológicas e económicas semelhantes às dos quatro países usualmente aceites como sul-europeus, falta-lhes a amplitude e a intensidade das semelhanças existentes entre estes (Malefakis, 1995: 35). Por exemplo, incluir a França não é adequado, na medida em que o seu Sul mediterrâneo tem sido governado a partir de Paris e tem-se desenvolvido numa direcção formatada pela identificação com a Europa Central (Sapelli, 1995: 6).¹⁰ A inclusão da Turquia não é adequada dado que, em termos históricos, até muito recentemente, quando se iniciou um processo de

ocidentalização, a religião, a vida intelectual e as práticas económicas e políticas eram distintas (Malefakis, 1995: 35). A estes factores devemos acrescentar o facto de a Turquia não fazer parte da União Europeia, nem tal estar previsto num futuro próximo.¹¹ Finalmente, a não inclusão dos países da ex-Jugoslávia deve-se ao facto de o desenvolvimento social, político e histórico destes países ser semelhante ao de outros países balcânicos, com particular intensidade a partir da segunda guerra mundial.

Muito sinteticamente, é possível distinguir três níveis de traços comuns entre a Espanha, Grécia, Itália e Portugal — físicos, histórico-políticos e sociais — que têm importantes implicações para o desenvolvimento e estruturação do modelo de *welfare* na Europa do Sul.¹²

As semelhanças entre as características físicas destes quatro países são conhecidas: clima mediterrâneo temperado, topografia montanhosa, os quatro países são penínsulas, com costas longas, mas sem rios navegáveis. Para além do mais, não têm muitos depósitos de carvão e de ferro.¹³ De acordo com Malefakis, é possível distinguir três consequências destas características para o desenvolvimento social destes países.

Em primeiro lugar, o padrão agrícola é trabalho intensivo e, como tal, tende a resistir à modernização, atrasando o fenómeno de êxodo rural — esta é, aliás, uma das razões para a persistência de níveis comparativamente elevados de taxa de emprego agrícola, ou de bruscas subidas nas taxas de desemprego durante o processo de transição do sector agrícola para o dos serviços, sem passagem pelo sector secundário.

Em segundo lugar, a topografia destes países cria problemas de comunicação, fazendo com que a construção de vias, bem como de caminhos de ferro, seja difícil e levante problemas para o desenvolvimento do comércio interno (fenómeno particularmente gravoso depois da perda da superioridade marítima no século XVII) e fazendo com que a penetração de um estado central nas zonas periféricas dos países seja complexa (designadamente quando comparada com a capacidade da Igreja para mobilizar as populações e complementar uma série de funções administrativas do estado).

Em terceiro lugar, os recursos minerais disponíveis, nomeadamente a falta de carvão e ferro, influenciaram o desenvolvimento societal, tornando a industrialização difícil e, conseqüentemente, atrasando o desenvolvimento geral destas sociedades.

A geografia e o meio físico não são apenas dimensões em que as semelhanças entre os países da Europa do Sul são importantes, mas, também, importantes factores explicativos do desenvolvimento social destes países, com um impacte particular no funcionamento do mercado de trabalho.

No que toca aos aspectos histórico-políticos importa distinguir duas características: o papel da religião e a existência de regimes autoritários que estiveram no poder grande parte do século XX, mas aos quais se seguiram transições democráticas, que levaram à consolidação de democracias e posterior integração plena na União Europeia.

Espanha, Itália e Portugal são países católicos, nos quais o movimento da

reforma teve um impacto residual e nos quais a homogeneidade religiosa é preva-
lente. Para além do mais, até recentemente, a Igreja católica e o estado encontra-
vam-se intimamente ligados. Daqui derivam dois fenómenos: um atraso no pro-
cesso de secularização e um princípio da subsidiariedade na produção do bem-es-
tar, que é particularmente intenso mesmo quando comparado com outros países
“corporativos”. O papel da igreja católica foi sempre determinante na protecção so-
cial, particularmente nas políticas de assistência social, na concepção das políticas
de família e, até certo ponto, nas políticas de saúde. Como escrevem Elisabet
Almeda e Sebastià Sarasa, reportando-se ao caso espanhol, “a igreja católica exer-
ceu uma influência forte e as políticas foram desenhadas para apoiar o modelo de
família patriarcal” (1996: 155). De acordo com Peter Flora, “no Sul católico, a igreja
manteve instituições de *welfare* autónomas ainda no século XX, como tal impedin-
do o desenvolvimento de um estado providência nacional, assim como de uma ide-
ia de provisão de bem-estar pública legítima e correspondentes obrigações de cida-
dania. Importantes para a socialização e controlo social da população, estas institu-
ições católicas foram alvo de contestação por parte dos *nation builders*, mas com di-
ferentes níveis de sucesso, e frequentemente tornaram-se subsidiadas pelo estado,
com pouco controlo público” (1986: xviii). O resultado foi que, no campo das políti-
cas sociais, como em muitos outros, a passagem para a modernidade ocorreu sem
que houvesse uma distinção clara entre os papéis dos poderes seculares e religio-
sos, levando a que se desenvolvesse um compromisso entre estado e igreja na parti-
lha das funções de protecção social (Ebbinghaus e Manow, 2001: 523).¹⁴

Uma das dimensões em que os países da Europa do Sul revelam maiores se-
melhanças prende-se com os processos políticos. Tomando como exemplo o século
XX, é possível identificar traços comuns nas trajectórias destes quatro países, dis-
tinguindo-os dos restantes países europeus, designadamente se considerarmos
três períodos distintos.¹⁵ Um primeiro em que a burguesia começou a adquirir po-
der, através do parlamentarismo ou até mesmo de um “golpe de estado”; um se-
gundo, correspondendo aos governos autoritários de extrema-direita; e um tercei-
ro, que se iniciou com as transições para a democracia, subsequente consolidação
democrática e adesão à União Europeia.

O primeiro período é caracterizado pela tomada do controlo das instituições
parlamentares pela burguesia e por uma diminuição do poder político da igreja.
Sob o enquadramento de partidos políticos modernos, a burguesia começou a ga-
nhar poder, ainda que através da exclusão sistemática da participação política das
classes populares — sendo particularmente significativa a ausência de coligações
entre as classes médias progressistas e a classe operária. A ausência de um movi-
mento operário organizado, a generalização do sistema de caciques, bem como o
clientelismo político são características das democracias liberais daquele período.
Ainda que a sociedade tenha beneficiado de uma diminuição de conflitualidade
entre as elites, por força de uma cooperação entre liberais e conservadores — ex.:
“rotativismo” — a verdade é que esta foi rapidamente compensada pelo aprofun-
damento da cooperação ilícita entre os políticos, levando a que o liberalismo se ti-
vesse tornado mais corrupto na Europa do Sul do que em qualquer outro lugar
(Malefakis, 1995: 54). À semelhança das demais instituições, aquelas ligadas às

políticas sociais foram profundamente afectadas por este contexto. Se neste período ocorreram importantes tentativas para modernizar, secularizar e alargar o âmbito das políticas sociais, muitas vezes estas falharam, relativamente à debilidade das fundações sociais em que assentavam — designadamente por se ter tratado de mudanças radicais, que redefiniram de forma drástica o papel da igreja e das instituições de caridade.¹⁶

Tratou-se de um período de crescimento económico, em que, através de uma crescente industrialização, ainda que com variações regionais, o capitalismo lançou os seus alicerces. No entanto, a ordem democrático-liberal não se tinha encastrado socialmente e a esfera política mantinha-se isolada da sociedade, promovendo uma distinção entre o país “oficial” e o país “real”. A nova ordem não tinha nem adquirido a devoção das populações, nem o respeito dos intelectuais, faltando-lhe por isso solidez para enfrentar as tempestades que se avizinhavam (Malefakis, 1995: 59).

O contexto para o surgimento de coligações políticas baseadas na “lei e na ordem”, sustentadas em alguns casos por partidos fascistas, e que limitariam as liberdades civis e políticas entretanto adquiridas, estava criado. Consequentemente, as classes sociais e as corporações que haviam perdido influência e poder apressar-se-iam a recuperá-lo — ex.: a burguesia rural, a igreja católica e alguns sectores militares. Do final dos anos 20 até a meados dos anos 70, ainda que com nuances temporais e nacionais, regimes autoritários de extrema direita tomaram o poder, limitando a tendência de secularização, de modernização económica e de estabelecimento de instituições liberal-democráticas. O corporativismo tornou-se o principal princípio organizador das sociedades, nomeadamente devido ao facto de este conceito se ter tornado essencial no pensamento social da igreja católica desde 1891, com a encíclica *Rerum Novarum*.

Este quadro político teve implicações claras para as políticas sociais. Primeiro, o princípio da subsidiariedade readquiriu importância, quer pela promoção e apoio das instituições de caridade e mutualidades, quer pela intensificação do papel do modelo de família patriarcal na provisão de bem-estar. Segundo, dado o papel de intermediação entre capital e trabalho que supostamente deveria ser assumido pelo estado corporativo, a actividade das corporações e organizações de trabalhadores foi extensivamente regulada — resultando deste processo a institucionalização de uma miríade de esquemas ocupacionais de segurança social, com o objectivo primeiro de substituição de rendimentos.

A segunda guerra mundial mudou a face da Europa do Sul, ainda que a níveis distintos de país para país. A Itália tornou-se uma democracia,¹⁷ a Grécia viu-se envolvida num processo de divisão interna que culminaria numa guerra civil, enquanto Espanha e Portugal mantiveram os regimes inalterados na sua essência. Ainda assim, a partir dos anos 50, o conjunto da Europa do Sul passou por um período de crescimento económico sem precedentes,¹⁸ que potencializou um conjunto de dinâmicas sociais culminantes no estabelecimento de regimes democráticos. O crescimento das classes médias, o êxodo rural e a urbanização e, em alguns dos casos, a guerra levaram a uma crescente discrepância entre o sistema político e as estruturas sociais (Giner, 1995: 16). Após cerca de 50 anos de autoritarismo, a

situação de Espanha, Grécia e Portugal mudaria, abrindo o caminho não só para a democracia, mas também para uma lógica reivindicativa maximalista, resultante do adiamento da modernização societal, bem como de uma duradoura e violenta exclusão da oposição política. Consequentemente, ainda que as transições democráticas tenham sido rápidas, pacíficas e sem derramamento de sangue, o período que se seguiu foi particularmente ambicioso em termos de reivindicações.

Como refere Giulio Sapelli, na Europa do Sul, “o advento da democracia política coincidiu com o advento da social-democracia — a criação de estados providência é uma característica desta mudança” (1995: 15). A tese de que as democracias promovem, sob a forma de redistribuição, a igualdade, tem sido avançada, pelo menos, desde o trabalho de Alexis de Tocqueville sobre a “Democracia na América”. Esta perspectiva, reiterada de forma particularmente enfática pelo trabalho marcante de T. H. Marshall (1950), baseia-se na noção de que a extensão de direitos políticos traz consigo o desenvolvimento da cidadania social. Ao conceder influência política a grupos sociais desprivilegiados, os sistemas tornam-se mais expostos a pressões sociais e controlo sobre conflitos distributivos, o que produz efeitos importantes na própria natureza dos estados: as democracias dão lugar a sociedades civis mais poderosas, mas, simultaneamente, a sociedades com mais recursos e mais capacidade distributiva. O caso da Europa do Sul é paradigmático desta tendência (Maravall, 1997: 25-6). Aliás, este é um daqueles casos em que a perspectiva da escola de *power resources* é particularmente adequada (Korpi, 1983; Shalev, 2001) — considerando que o aumento da generosidade do estado providência foi função da predominância da esquerda e de uma constelação política com particular influência do movimento operário.

Na Europa do Sul as políticas sociais sofreram importantes transformações com as transições para a democracia. Não só foram estabelecidos compromissos simbólicos e políticos, como as despesas sociais aumentaram de forma significativa, direitos efectivos foram garantidos e benefícios sociais, bem como salários, cresceram de forma exponencial. Se bem que os níveis rudimentares dos benefícios pré-existentz explictuem em parte esta tendência, contudo, ela não é independente da forte mobilização político-social do período. Estas transformações não devem ser vistas como uma função da remoção das ditaduras, mas, sim, interpretadas à luz da libertação de forças reprimidas durante o antigo regime (Castles, 1995: 306). O estabelecimento de regimes democráticos permitiu a participação de novos grupos sociais no processo decisório, levando à introdução de medidas sociais que visavam a melhoria do sistema de bem-estar. Pode mesmo afirmar-se que as políticas sociais foram um elemento decisivo na procura de consenso e na legitimação dos regimes democráticos, na medida em que as reivindicações sociais, podendo ser expressas, tinham, ainda que parcialmente, de ser concretizadas de forma a legitimar e consolidar os novos regimes (Guillén, 1996: 258). De acordo com Juan Mozzi-cafreddo, discutindo o caso português, num período de profunda desarticulação do sistema económico, as políticas sociais funcionaram enquanto factor fulcral de integração social e a resolução equilibrada do processo revolucionário deveu-se, em parte, à configuração do estado de direito enquanto estado providência (1992: 71-6). Deste ponto de vista, os problemas associadas à consolidação democrática

foram minorizados e compensados pelo desenvolvimento de políticas sociais. No entanto, nestes países, o lançamento dos alicerces de estados providência ocorreu num contexto económico recessivo, prejudicando o seu desenvolvimento e marcando geneticamente a construção das suas instituições e benefícios — sendo o caso paradigmático de não concretização plena de promessas iniciais o dos sistemas nacionais de saúde, construídos à imagem dos sistemas das democracias avançadas da época, mas distantes destes na prática.

A interação das características das sociedades da Europa do Sul aqui brevemente apresentadas é, em larga medida, responsável pelo desenvolvimento do seu tecido social. Na verdade, considerando o desenvolvimento recente destes países, é possível distinguir duas grandes tendências, nas quais se podem subsumir as restantes: um amplo processo de modernização e a consolidação de regimes democráticos (Malefakis, 1995). Estes processos ocorreram mais tarde do que nos seus congéneres da Europa do Norte e, designadamente por se tratar de uma tendência tardia, não tiveram uma natureza hegemónica capaz de substituir totalmente as estruturas pré-existentes. Como sublinha Edward Malefakis, reportando-se às diferenças destas sociedades, quer com as da Europa de Leste, quer com as da Europa do Centro e Norte, é possível falar-se “de um museu em que todas as tendências — sociais, económicas e políticas — que existiram na Europa podem ser encontradas em alguma esquina, porque as velhas tendências não foram suficientemente fortes para excluïrem as novas, nem as novas suficientemente fortes para vencer as velhas” (1995: 41). O resultado deste processo foi o crescimento de sociedades semelhantes às dos países industrializados, mas ligadas a uma estrutura reprodutiva típica dos países periféricos e caracterizada por uma marcada heterogeneidade social (Sapelli, 1995: 15). É, aliás, também, neste sentido, que Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, referindo-se ao que chamaram de “processos de uma modernidade inacabada”, sublinham que depois de 30 anos de rápida transformação, hoje, “a face da estrutura social portuguesa é um cruzamento singular de traços. Enquanto alguns a identificam claramente com o padrão dos países europeus de modernidade avançada, outros marcam, de forma vincada, a distância a esse padrão (...). (Revelando) marcas de modernidade que coexistem com outras que, pelo contrário, se pode dizer resultarem, no renovado sentido do conceito, de importantes défices de modernização” (1998: 17)

Assim, aceitando que um trajecto particular de desenvolvimento socioeconómico é responsável pela especificidade de um determinado modelo de *welfare* e que a diversidade entre estes deve ser entendida enquanto resultado de diferentes *timings* na criação das instituições fundamentais de *welfare* (Flora, 1986: xvii), para compreender as características distintivas da produção do bem-estar nesta região, importa dedicar especial atenção aos aspectos desenvolvimentistas, adoptando uma narrativa histórica (Rhodes, 1997: 7; Andreotti e outros, 2001: 43). Na verdade, todos os ingredientes do caminho seguido pela Europa do Sul para a modernização, oferecem uma base explicativa para os traços distintivos das suas políticas sociais” (Ferrera, 1996: 30). Como tal, a análise do sistema de bem-estar nestes países deve centrar-se não apenas nos seus *outputs* e características organizacionais e institucionais, mas simultaneamente nas peculiaridades, tradições e valores que

sustêm o sistema. A medida em que os países da Europa do Sul se afastam do modelo corporativista depende da forma como as características do último se encastam socialmente em tradições resistentes, muitas das vezes pré-industriais.

Um modelo de *welfare* da Europa do Sul

É possível distinguir duas abordagens relativamente à natureza do modelo de *welfare* da Europa do Sul. Uma primeira que tende a considerar estes países como versões pouco desenvolvidas do modelo “corporativo” (cf. Castles, 1995; Katrougalos, 1996; Esping-Andersen, 1999). Uma segunda que defende que há um conjunto de características que dificultam uma incorporação linear destes países naquele modelo (cf. Leibfried, 1992; Ferrera, 1996; Rhodes, 1997; Naldini, 1999; Flaquer, 2000; Andreotti e outros, 2001).

De acordo com a primeira abordagem, os quatro países não formam um grupo distinto, mas, antes, uma subcategoria, uma variante do modelo “corporativo” — “não é um quarto modelo na classificação, mas uma edição com desconto do modelo continental” (Katrougalos, 1996: 43-4). Neste sentido, estes países são considerados enquanto parte deste modelo, com padrões institucionais semelhantes que, no entanto, não atingiram o mesmo desenvolvimento devido ao facto de terem tido regimes autoritários até meados dos anos 70 (Castles, 1995: 309).

Uma segunda abordagem procura identificar os aspectos distintivos da promoção do bem-estar na Europa do Sul. De acordo com esta perspectiva, o importante não é negar a importância da tipologia de Esping-Andersen, mas, sim, sublinhar que, para compreender melhor estes países, são necessárias ferramentas que não são disponibilizadas por aquele enfoque. Isto na medida em que as etiquetas usadas para caracterizar a Europa do Sul são muitas das vezes meras descrições, incapazes de compreender a lógica subjacente à promoção do bem-estar, na medida em que, como sublinha Luis Flaquer, “afirmar que o seu aspecto distintivo é o facto de se encontrarem atrasados por relação aos *standards* norte-europeus significa frequentemente impor categorias alienígenas de pensamento a uma realidade dissimilar” (2000: 27). Sendo verdade que, considerando os esquemas de garantia de rendimentos e o seu efeito na desmercadorização do estatuto dos indivíduos por relação ao mercado de trabalho formal (e a tipologia inicial de Esping-Andersen centrava-se essencialmente nesta dimensão), os países da Europa do Sul encaixam-se bem no modelo “corporativo” (nomeadamente dada a natureza bismarckiana dos seus esquemas de segurança social, quer organizacionalmente, quer em termos de benefícios), o mesmo já não se poderá dizer se considerarmos outras dimensões da produção de bem-estar. Como tal, para compreender a produção do bem-estar na Europa do Sul importa olhar para a forma como protecção social, mercado de trabalho e agregados familiares interagem, bem como para a forma como neste processo instituições à partida semelhantes se encastram em realidades sociais distintas.

Quadro 2 O modelo de *welfare* da Europa do Sul segundo Ferrera

Dimensões típicas	Factores específicos
Protecção dualizada baseada em transferências monetárias	Sobreprotecção dos núcleos centrais da força de trabalho Prestações baixas aos trabalhadores irregulares ou da economia informal
Distribuição desequilibrada da protecção, segundo os riscos clássicos	Sobreprotecção dos idosos relativamente aos outros beneficiários potenciais Subdesenvolvimento das prestações familiares e dos serviços às famílias Subdesenvolvimento da habitação social e do apoio social ao alojamento
Baixo grau de penetração das instituições públicas de protecção social	Indefinição de funções entre actores públicos e privados
Sistema de saúde público e universal	Não cumprimento das expectativas sociais
Particularismo institucional	Pressões particularistas e clientelares
Baixa eficácia dos serviços	Insatisfação dos utentes Baixa qualificação dos agentes
Repartição desigual dos custos segundo os grupos profissionais	Disparidade de regras Fuga e fraude fiscal na economia informal

Fonte: Ferrera (1996; 1997).

Maurizio Ferrera (1996; 1997) procedeu ao que o próprio considerou como sendo o levantamento de um conjunto de características dos países da Europa do Sul e não a definição de um regime (1996: 18). Sinteticamente, estes países caracterizar-se-iam: por terem esquemas de protecção social dualistas, gerando a sobreprotecção dos sectores centrais da força de trabalho e, simultaneamente, níveis rudimentares de protecção para largos sectores da população; por apresentarem uma combinação única entre tradições bismarckianas na segurança social e *beveridgeanas* na saúde; e pelo impacte das práticas políticas e disposições organizacionais nos *outputs* distributivos.

Uma das críticas mais frequentes à abordagem de Ferrera remete para o facto de esta não tomar em consideração as questões de género (González e outros, 2000: 4) e, conseqüentemente, não dedicar atenção suficiente ao papel da família, nomeadamente das mulheres na provisão do bem-estar.¹⁹ Note-se que uma das principais linhas de demarcação da Europa do Sul remete, precisamente, para o papel assumido por esta e para a forma como valores familiares fortes se combinam com uma fraca individualização e ausência de políticas de família explícitas (Naldini, 1999; Flaquer, 2000; Wall e outros, 2001).

Uma outra dimensão da provisão de bem-estar na Europa do Sul está relacionada com as formas tradicionais de solidariedade, cujo peso é muito reduzido noutras sociedades europeias, mas que continuam a desempenhar um papel importante nesta região — ou seja, aquilo que tem sido definido enquanto “sociedade

providência” (Santos, 1994: 64). Estas redes de solidariedade variam no que toca ao grau de formalização, duração, amplitude, estabilidade e frequentemente envolvem ligações complexas que variam substancialmente de um contexto rural para um urbano. No entanto, o papel que assumem na prática, bem como a sua actualidade e equidade, tem sido motivo de crescente debate (Pedroso, 1998; Torres e outros, 2000; Wall e outros, 2001), sendo questionável se na análise da produção do bem-estar na Europa do Sul devemos tomá-las como um quarto elemento, a juntar à protecção social, ao mercado de trabalho e à família, ou se, pelo contrário, devemos considerá-las enquanto variante das solidariedades privadas emanadas da família. Ainda assim, é sustentável que, para compreender as dinâmicas em jogo na Europa do Sul, importa olhar também para o tipo de disposição que existe entre estado providência e “sociedade providência” (Martin, 1997) e que o papel desempenhado pelas solidariedades comunitárias reforça e é parte da tradição de subsidiariedade dominante na Europa do Sul, ainda que fortemente dependente do estado (Hespanha e outros, 2000).

Deste modo, se aceitarmos que na Europa do Sul as três faces do triângulo que consubstanciam um modelo de *welfare* têm características distintas e que a este pode mesmo ser necessário acrescentar uma quarta dimensão, então, para compreender o carácter específico destes países, é necessário afastarmo-nos da parcimónia característica das abordagens comparativas sobre o *welfare*. Tal implica que se preste mais atenção a cada um dos lados do triângulo, bem como à forma como estes interagem. É o que procurarei fazer na próxima secção, apresentando uma visão genérica das características da protecção social, do mercado de trabalho e da família na Europa do Sul, privilegiando as semelhanças em detrimento das diferenças existentes entre os quatro países.

A protecção social

Em termos de esquemas de substituição de rendimentos (i.e., pensões de reforma, subsídio de desemprego, subsídio de doença), todos os países da Europa do Sul têm esquemas bismarckianos, baseados no estatuto ocupacional e com uma estrutura em tudo semelhante à dos países que compõem o modelo “corporativo”. Contudo, o gasto total em despesa social em percentagem do PIB é inferior em relação aos últimos países e combina-se com uma estrutura interna em que há picos de protecção para certos grupos sociais (por ex., a proporção de despesas em pensões de reforma e de sobrevivência é particularmente elevada). Tendo em conta que os benefícios em espécie são quase hegemónicos, nomeadamente sob a forma de pensões, podem caracterizar-se estes países como versões extremas do modelo “centrado nas transferências”, característico dos países “corporativos” (Ferrera, 1996: 19). Para além do mais, os esquemas de pensões são altamente fragmentados, de acordo com uma miríade de regras ocupacionais e com diferentes regulações, quer em termos de contribuições, quer em termos de benefícios — isto é particularmente

Quadro 3 Protecção social por função na Europa do Sul e na UE, em 1996

Partição de despesas ¹	Espanha	Grécia	Itália	Portugal	UE
Despesas sociais em % PIB	22,5	23,4	24,8	21,6	28,5
Velhice e sobrevivência	44,2	47,0	63,3	38,7	42,8
Saúde	23,2	21,7	19,9	26,8	21,7
Reabilitação	7,6	8,3	6,7	10,4	8,2
Desemprego	14,2	4,1	1,9	5,2	8,1
Família	1,9	8,0	3,4	5,0	7,7
Doença	5,1	3,5	0,8	2,6	4,2
Administração	2,3	3,8	3,0	3,7	3,3
Habitação	0,5	2,3	0,0	0,0	1,9
Outras	0,2	0,3	1,1	7,1 ²	0,6

Notas: 1) A partição por função reporta-se ao peso percentual no total da despesa e não à percentagem no PIB; 2) inclui transferências para as instituições ligadas à formação profissional (designadamente IEFPP), que nos restantes casos encontram-se maioritariamente compreendidas na rubrica desemprego.

Fonte: Comissão Europeia (2000).

verdade nos casos grego e italiano e menos nos espanhol e português.²⁰ Estes esquemas caracterizam-se por taxas de substituição bastante favoráveis para alguns grupos profissionais — nomeadamente os sectores bem remunerados da força de trabalho, com relações salariais estáveis e duradouras, bem como os funcionários públicos —, gerando frequentemente um dualismo entre indivíduos bem protegidos e outros protegidos de forma incipiente.

Estas características, que configuram uma versão extrema do modelo dualista bismarckiano, coexistem com uma utilização instrumental do sistema, quer pelos seus agentes, quer pelos beneficiários. As apropriações particulares dos recursos do estado providência constituem uma característica endémica da Europa do Sul, reforçando o clientelismo que caracteriza o seu sistema político (Ferrera, 1996: 25-29). A ausência de administrações movidas pela racionalidade weberiana, juntamente com o clientelismo político e vastas economias informais, criaram o contexto para que as provisões da segurança social funcionassem enquanto suplemento de rendimentos insuficientes, bem como instrumento para a criação de clientelas políticas. Frequentemente, os cidadãos, de modo a maximizar os benefícios, ainda que de forma irregular, utilizam lacunas nos regulamentos, resultando num número significativo de beneficiários de pensões de invalidez, subsídios de doença e de pensões de reforma antecipadas, que muitas das vezes são equivalentes funcionais a medidas de garantia mínima de recursos, até há pouco tempo inexistentes. A outra face da mesma moeda é a forma como as provisões sociais funcionam enquanto mecanismos de criação de lealdades partidárias. Nas regiões mais deprimidas destes países, os baixos salários e os níveis de desemprego persistentemente altos têm sido geridos com o auxílio de esquemas de protecção assentes em níveis elevados de discricionariedade. Níveis estes que contribuem para o desenvolvimento de um sistema de patrocínio, em que os partidos políticos, designadamente aos níveis regional e local, trocam favores e benefícios por apoio político, reproduzindo a síndrome existente.²¹

No entanto, se os sistemas de segurança social contributivos da Europa do Sul são concebidos claramente de acordo com princípios bismarckianos, o mesmo não se pode dizer dos sistemas de assistência social. Na verdade, as primeiras tentativas de compreender as diferenças entre os sistemas destes países e os dos restantes países europeus centraram-se precisamente neste subsistema. Centrando a sua atenção no interface entre pobreza, segurança social e políticas de combate à pobreza, Stephen Leibfried (1992) distinguiu quatro modelos, sendo o quarto o que chamou de “modelo latino” (*latin rim*). Estes países caracterizar-se-iam por níveis de protecção rudimentar, semelhantes aos países anglo-saxónicos, nomeadamente no que toca ao residualismo da protecção social e à entrada forçada no mercado de trabalho. No mesmo sentido, José Pereirinha (1997) defende que as disposições institucionais de combate à pobreza e exclusão social indicam a existência de um “modelo latino”. Perspectiva corroborada pelo facto de na Europa do Sul uma proporção mais pequena de agregados familiares receber benefícios sociais, ao mesmo tempo que uma proporção mais elevada de agregados vive exclusivamente desses benefícios — revelando uma maior dependência das transferências sociais, ainda que a sua capacidade de diminuição da pobreza seja inferior. Numa abordagem genérica dos esquemas de assistência social na Europa do Sul, Ian Gough (1996) caracteriza-os como tendo uma natureza nacional que, contudo, apresenta um grau importante de fragmentação, à qual está associada uma ausência de coordenação. Intimamente ligada com esta característica encontra-se a existência de esquemas que cobrem certos grupos, mas que na prática se traduzem, frequentemente, por benefícios altamente discricionários. Estes benefícios são comparativamente baixos e têm um peso reduzido nos sistemas de segurança social — o que é paradoxal, designadamente se considerados os níveis elevados de pobreza destes países (Capucha, 1998). A este nível, o desenvolvimento nos últimos anos de uma nova geração de políticas sociais, resultante quer de dinâmicas exógenas (ex.: o processo de europeização das políticas sociais), quer de dinâmicas endógenas (a ascensão ao poder de governos de centro-esquerda na segunda metade da década de 90) configura um redesenho do sistema, que não deixará de produzir uma recomposição da situação de partida (Guillén e outros, 2001). Particularmente importante para o despoletar deste processo foi a implementação de políticas de garantia mínima de rendimentos, na medida em que estas afrontam uma série de dimensões estruturantes, quer da pobreza, quer das políticas de luta contra a pobreza na Europa do Sul (Silva, 1998; Pinto, 2000).

Mercado de trabalho

O mercado de trabalho nos países da Europa do Sul não é idêntico. Enquanto Espanha, Grécia e Itália têm maus desempenhos no que toca quer à taxa de emprego, quer à taxa de desemprego, o mesmo já não se pode dizer de Portugal. Aqueles três países, no que mais uma vez pode ser considerado como uma versão extrema da

Quadro 4 Taxa de emprego na Europa do Sul e UE, em 1999

Países	Idade/sexo											
	Total			15-24 anos			25-54 anos			55-64 anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Espanha	53,8	69,6	38,3	33,9	41,3	26,2	65,6	84,2	47,6	34,9	52,4	19,1
Grécia ¹	55,6	71,6	40,3	28,1	34,2	22,2	69,9	89,0	51,6	39,1	55,8	23,6
Itália	52,5	67,1	38,1	25,5	30,3	20,8	66,9	84,3	49,5	27,5	40,8	15,0
Portugal	67,3	75,5	59,4	43,2	47,6	38,7	80,8	89,8	72,1	50,8	62,1	41,1
UE	62,6	72,0	53,1	39,5	43,4	35,5	75,5	86,3	64,7	37,8	48,3	27,8

Nota: 1) dados relativos a 1998.

Fonte: OCDE (2000).

síndrome “corporativa”, apresentam níveis de emprego baixos e taxas de desemprego altas, com particular intensidade durante o período recessivo do início da década de 90. Portugal, pelo contrário, tem uma performance mais positiva a este nível — taxas de desemprego persistentemente baixas e taxas de emprego acima da média europeia e sendo mesmo as mais altas quando considerado o emprego feminino a tempo inteiro.²² Aliás, a singularidade do caso português ao nível do funcionamento do mercado de trabalho desafia a agregação deste país num modelo da Europa do Sul, levantando questões sobre a própria natureza deste último, tal como aceite pela literatura (Silva, 2002).

Ainda assim, é possível identificar um conjunto de características comuns aos mercados de trabalho da Europa do Sul. Sendo verdade a asserção de Francis Castles de que menos pessoas trabalham ou procuram trabalho nos países católicos e que daqueles que o fazem menos o encontram (1994: 32), é possível afirmar que esta patologia assume contornos ainda mais definidos em Espanha, Grécia e Itália. Em termos de participação absoluta no mercado de trabalho, estes países encontram-se na pior situação em termos europeus, com uma segmentação interna que afecta particularmente as mulheres e os jovens. Este quadro encontra-se, aliás, em sintonia com a cultura política dominante do corporativismo, i. e., a promoção do emprego e a redução do desemprego centrada no homem “ganha-pão”.

No que toca à participação feminina é possível distinguir dois tipos de divisão. Em primeiro lugar, há um problema genérico de falta de emprego que afecta de forma particularmente intensa as mulheres, visível nos níveis elevados do desemprego e do desemprego de longa duração feminino, combinado com taxas de emprego persistentemente baixas, variando entre o mínimo espanhol de 38,3% e um máximo grego de 40,3%, quando a média da União era de 53,1% e Portugal apresentava valores comparativamente excepcionais — 59,4%.²³ Em segundo lugar, a segmentação, quer horizontal, quer vertical, das ocupações em função do género cria um nível elevado de dependência do rendimento dos homens (González e outros, 2000: 23). O espaço para a integração das mulheres é frequentemente nos sectores mais precários do mercado de trabalho, sob a forma de contratos a prazo, auto-emprego e em pequenas empresas, que se caracterizam por oferecer salários

Quadro 5 Desemprego na Europa do Sul e na UE, em 1999

Países	Desemprego/sexo								
	Taxa de desemprego			DLD (%) ¹			Taxa de desemprego juvenil ²		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Espanha	15,9	11,1	23,2	51,3	45,4	55,5	28,5	21,7	37,3
Grécia ³	10,7	7,2	16,8	54,9	44,7	61,5	29,7	21,4	39,3
Itália	11,4	9,0	16,4	61,4	62,1	60,7	32,9	28,6	38,3
Portugal	4,5	4,0	5,3	41,2	39,5	42,9	8,7	7,0	10,8
UE	9,2	8,2	10,9	47,5	46,2	48,9	17,2	16,1	18,6

Notas: 1) percentagem de desempregados de longa duração (+12 meses) no total do desemprego; 2) dos 15 aos 24 anos; 3) dados relativos a 1998.

Fonte: OCDE (2000).

Quadro 6 Peso do emprego a tempo parcial no total do emprego na Europa do Sul e UE, em 1999

Países	Emprego a tempo parcial/sexo		
	HM	H	M
Espanha	7,9	2,9	16,8
Grécia ¹	9,0	5,3	15,4
Itália	11,8	5,3	23,2
Portugal	9,3	5,0	14,6
UE	16,4	6,0	30,3

Nota: 1) dados relativos a 1998.

Fonte: OCDE (2000).

mais baixos, tempo de trabalho mais irregular, menos segurança e poucas oportunidades de progressão através de formação profissional (Cousins, 2000: 111-17).

Este contexto, em que níveis baixos de protecção social se encontram combinados com participação reduzida no mercado de trabalho e desemprego alto, contribui para o desenvolvimento de economias e mercados de trabalho informais, que, por sua vez, sustentam socialmente o mau desempenho do mercado de trabalho formal. Utilizando uma metáfora rokkianiana, é um estratégia de *hiding* (enquanto oposto a *voice*), através da qual certos grupos sociais evitam a pertença social ou minorizam os seus custos, operando na economia subterrânea e/ou fugindo às contribuições (Ferrera, 2000: 5). Este mercado informal, profundamente enraizado nas estruturas sociais da Europa do Sul, desempenha um papel crucial, não apenas na diminuição do impacto do desemprego e dos baixos salários, mas, também, na garantia da sustentabilidade de sectores centrais da economia formal — o exemplo do turismo, especialmente no sul da Europa do Sul, é paradigmático. Novamente, a modernidade inacabada das sociedades da Europa do Sul e a consequente debilidade das suas economias e esquemas de protecção social,

Quadro 7 Taxa de desemprego na Europa do Sul e UE, 1961-96

Países	Taxa de desemprego			
	1961-73	1974-85	1986-90	1991-96
Espanha	2,8	11,3	18,9	21,1
Grécia	4,5	3,8	6,6	8,5
Itália	5,2	7,0	9,6	10,6
Portugal	2,5	6,9	6,1	5,9
UE	2,3	6,4	8,9	10,1

Fonte: Comissão Europeia, 2000.

transformam o que *a priori* pode ser visto enquanto sinais de subdesenvolvimento em activos que compensam esse mesmo atraso, ainda que levantando questões muito importantes, quer em termos de equidade, quer de igualdade.

Sendo verdade que o papel desempenhado pela economia informal ajuda a compreender a forma como as sociedades da Europa do Sul lidam com os níveis baixos de participação no mercado de trabalho, contudo, não nos fornece uma explicação sobre a forma como este quadro se desenvolveu. Ainda que a taxa de emprego tenha apresentado persistentemente níveis baixos, o mesmo não se pode dizer da taxa de desemprego. Se olharmos para as taxas de desemprego nos inícios dos anos 70, os países da Europa do Sul apresentavam valores que, ainda que ligeiramente superiores aos dos restantes países da UE, eram significativamente inferiores aos actuais e menos distantes da média. Desde então, estes valores têm aumentado, sendo a situação mais impressionante a da Espanha que, de uma taxa de desemprego média de cerca de 3% desde os anos 60 até 1974, viu este valor aumentar para 11,3% no período de 1974-85, para atingir valores acima dos 20% no início da década de 90. Importa, contudo, salientar a inversão de tendência a que se tem assistido, com particular intensidade, na segunda metade da década de 90. No caso dos países que fazem parte do modelo corporativo, a má performance do mercado de trabalho é, em larga medida, explicada pelas pressões colocadas pela transição para sociedades pós-industriais, bem como pelo papel desempenhado neste processo por “objectos inamovíveis” bismarckianos (Iversen e outros, 1998; Pierson, 1998; Esping-Andersen, 1999), ou seja, o processo captado pelas metáforas “bem-estar sem trabalho” ou “fordismo congelado” (Esping-Andersen, 1996; Scharpf, 1997).²⁴ Diferentes explicações têm sido sugeridas para compreender o caso da Europa do Sul, novamente remetendo para a especificidade do seu percurso de desenvolvimento.

Ainda que seja verdade que os mecanismos bismarckianos de superação dos riscos associados aos mercados de trabalho estejam presentes nos países da Europa do Sul — *maxim* reforma antecipada —, com os efeitos perversos que lhes estão associados (Castles, 1994: 33-4), a perda de empregos e o crescimento irregular das taxas de participação é explicável, predominantemente, pelo carácter tardio e pela debilidade do processo de industrialização (Sapelli, 1995). O êxodo rural foi gerido, na maior parte dos países europeus, através do crescimento de emprego no

sector industrial. Este não foi o caso na Europa do Sul, onde este processo ocorreu mais tarde, coincidindo quer com a reestruturação do sector secundário e o crescimento do terciário (ou seja, ao declínio do emprego no sector primário não se seguiu um pico de emprego no secundário, mas, sim, um salto quase directo para o terciário), quer com novas pressões demográficas — nomeadamente o aumento do número de pessoas a procurar emprego, particularmente mulheres (Sapelli, 1995: 6-7; Almeida e outros, 1996: 160; Esping-Andersen, 1999: 25).

Família

A família na Europa do Sul tem especificidades que a distinguem da do resto da Europa Ocidental. De acordo com Roussel, considerando indicadores demográficos relativos à família, é possível agrupar os países europeus em três grupos homogéneos: os países escandinavos; os da Europa Central e os mediterrâneos, juntamente com a Irlanda (cit. Guerrero e outros, 1997; Martin, 1997). Neste último grupo, a maior parte dos indicadores apresenta aspectos distintivos. O tamanho do agregado familiar médio tem vindo a decrescer, mas ainda assim apresenta os valores mais elevados da Europa, com os jovens solteiros a ficarem em casa dos pais até mais tarde,²⁵ com uma baixa proporção dos agregados de “pessoas sós” e uma elevada proporção de agregados atípicos. Estes países caracterizam-se ainda por terem taxas de nupcialidade elevadas, taxas de fertilidade e de divórcio baixas e poucas uniões de facto ou filhos fora do casamento, indiciando níveis baixos de coabitação (Martin, 1997: 26; Almeida e outros, 1998: 57). Para além do mais, nas sociedades da Europa do Sul as famílias têm mais vínculos internos e muitas das vezes o agregado familiar funciona enquanto um sistema de redistribuição (Wall, 1995; Bermeo, 1999: 275). No entanto, o dinamismo das transformações destas sociedades tem levado a uma recomposição da estrutura familiar, que alguns autores, reportando-se ao caso português, apelidam de duplo movimento (Almeida e outros, 1998: 51). Por um lado, um movimento de “familiarismo renovado”, assente numa melhoria geral das condições de vida das famílias e caracterizado por níveis altos de nupcialidade, menos celibato definitivo, rejuvenescimento da idade média do casamento e diminuição dos nascimentos fora deste; e por outro lado, de “modernização”, consistindo na transformação dos valores e das práticas no seio da família, na promoção do valor da igualdade entre os cônjuges e numa maior valorização do indivíduo. Mais uma vez, este conjunto de transformações remete para o processo de “modernidade inacabada” e para a combinação particular de indicadores de tradição (ex.: agregados maiores) com indicadores modernos (ex.: baixa das taxas de fertilidade).

Às especificidades da família na Europa do Sul há que acrescentar o papel que é atribuído à mulher nestes países, nomeadamente no que toca à divisão do trabalho pago e não pago no seio do agregado — em que há uma clara divisão de género, cabendo às mulheres quase em exclusivo, quer as tarefas relativas à casa, quer os

Quadro 8 Indicadores sobre família na Europa do Sul e UE

Países	Indicadores sobre família						
	Taxa de fertilidade ¹		% jovens a residir com os pais (20-24) ²		% jovens a residir com os pais (25-29) ²		Tamanho médio dos agregados familiares ³
	1965	1999	1987	1996	1987	1996	
Espanha	2,95	1,20	84	90	49	62	3,14
Grécia	2,25	1,30	63	73	39	50	2,93
Itália	2,66	1,19	81	89	39	59	3,01
Portugal	3,15	1,49	84	90	39	52	3,01
UE	2,77	1,63	—	66	—	32	2,77

Notas: 1) fonte: Conselho da Europa (2000) e cálculos próprios; 2) fonte: Ferrera e outros (2000b); 3) fonte: Eurostat (s/d) e cálculos próprios.

cuidados com as crianças e idosos. Esta situação é tanto mais problemática se considerarmos que, apesar da entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho (e a situação portuguesa é particularmente significativa), a esta não correspondeu uma maior colaboração do cônjuge nas tarefas domésticas. Pelo contrário, a tendência de aumento das taxas de participação femininas, que se tende a intensificar, resulta apenas num acumular de esforço por parte da mulher (Torres e outros, 2000), limitando as opções das mulheres no que toca à entrada no mercado de trabalho (Daly, 2000: 49).

Tem sido defendido que um número importante de consequências para o modelo de *welfare* da Europa de Sul resulta das características da família nesta região, aqui apresentadas brevemente, e da forma como o “familiarismo” produz efeitos, quer nos esquemas de protecção social, quer no mercado de trabalho.

Como referido, os esquemas de protecção social na Europa do Sul são enviesados a favor do homem “ganha-pão”. Este pressuposto encontra-se profundamente incorporado nos esquemas de substituição de rendimentos, mas tem consequências que vão muito para além daquele. Os benefícios de assistência social, bem como os serviços à família são disto exemplo. Como sustentam Teresa Guerrero e Manuela Naldini, reportando-se aos casos espanhol e italiano, a titularidade do nível dos benefícios e dos serviços sociais encontra-se, na maior parte das vezes, relacionada com a unidade e com o rendimento familiares, não se encontrando aqueles institucionalizados como direitos individuais (1997: 61-2). Ao mesmo tempo, os serviços à família encontram-se pouco desenvolvidos e, através da sua inacção, reproduzem o pressuposto ideológico de que a família é o principal promotor de bem-estar. Como numa espécie de profecia que se auto-realiza, o *outcome* de uma política de família passiva é que as dificuldades enfrentadas por cada família não são enfrentadas através da mobilização de recursos públicos, mas, sim, através de estratégias privadas. Isto cria um efeito de *feedback* negativo que reforça e reproduz o sistema, e que leva a que a solidariedade familiar seja simultaneamente a explicação e o resultado de uma política de família pouco desenvolvida (Flaquer, 2000: 27). Esta ideia vai ao encontro do paradoxo identificado por Manuela Naldini, segundo

o qual quanto maior o papel concedido à família menor é o desenvolvimento dos serviços de apoio à família e o nível de benefícios para as famílias com crianças (1999). Esta situação é particularmente gravosa na medida em que, de acordo com estudos recentes (Wall e outros, 2001), as redes de suporte familiares tendem a proteger de forma mais intensa as famílias de maiores recursos — ainda que, mesmo nestes casos, apenas parcialmente —, promovendo uma reprodução das desigualdades e protegendo menos aqueles que, à partida, mais necessitariam.

Conclusão

Neste texto procurei mostrar que a abordagem de Esping-Andersen aos “modelos de *welfare*” é um instrumento de análise poderoso. No entanto, ao mesmo tempo que permite amplas comparações entre países, revela limitações na compreensão dos aspectos específicos de cada país. O caminho desbravado pelo seu trabalho fornece importantes pistas, mas também requer que se vá para além de uma perspectiva excessivamente centrada em conceitos agregadores de indicadores, que diminuem, conseqüentemente, a sensibilidade da teoria à compreensão de casos específicos e tendencialmente dissonantes.

A Europa do Sul é um dos casos que tem vindo a reivindicar a existência de um quarto modelo a juntar à divisão tríptica proposta por Esping-Andersen e hoje amplamente adoptada. Neste texto procurei mostrar que não há, à partida, nenhuma contradição entre a abordagem dos três mundos e desenvolver uma análise centrada naqueles países. A tarefa é precisamente começar com a tipologia de Esping-Andersen e, considerando-a um instrumento ideal-típico de análise, prestar maior atenção a cada um dos três mecanismos produtores de bem-estar — i.e.: protecção social, mercado de trabalho e família. Isto é particularmente útil no caso dos países da Europa do Sul, nos quais os esquemas de substituição de rendimento, apesar de aparentemente semelhantes aos dos países do “modelo corporativo” em termos organizacionais e institucionais, desempenham um papel funcionalmente diverso, e onde o papel destinado à família e ao mercado de trabalho é não só distinto, como apresenta dinâmicas particulares. Há, portanto, importantes nuances na produção de bem-estar na Europa do Sul, que requerem um *policy mix* com aspectos distintos do dominante na Europa continental.

Esta abordagem é contrária à perspectiva de que os países da Europa do Sul têm, por relação aos países centrais, mais diferenças de grau do que de tipo. A ideia de uma posição intermédia ou atrasada numa sequência de etapas de desenvolvimento tem sido amplamente criticada por abordagens mais amplas que vão para além do estudo do “modelo de *welfare*”, na medida em que negligencia a forma como a interação de diferenças espaciais e temporais produz um “tipo” diferente (Pires, 1990). Para capturar as nuances nos “tipos” importa prestar maior atenção a categorias que, ainda que aparentemente semelhantes, desempenham papéis funcionais diferentes. Tal implica que seja necessário afastarmo-nos das limitações

colocadas por uma abordagem estritamente tipológica. O duplo risco, que resulta da superficialidade e da agregação de variações em categorias muito genéricas, faz com que seja necessário estudar a forma como países específicos divergem do “ideal-tipo” que à partida os compreenderia. Há um *trade-off* entre parcimónia e complexidade com o qual estamos a lidar permanentemente ao estudar a realidade, e ele aplica-se de forma particularmente premente ao estudo dos “modelos de *welfare*”.

Destas assunções resultam dois tipos de consequências. Um primeiro que se prende com a necessidade de compreender a forma como *outcomes* semelhantes se encontram social e historicamente encastrados em realidades específicas — o que remete para a perspectiva mais ampla de “famílias de nações”, enunciada, ainda que superficialmente, por Francis Castles e Deborah Mitchell (1993). Um segundo que sublinha a necessidade de evitar o risco resultante de focar a atenção em conceitos agregadores genéricos, fazendo derivar a natureza da interacção que promove o bem-estar da análise sintética daqueles.

Como tentei demonstrar neste texto, é possível defender a agregação da Espanha, Grécia, Itália e Portugal na história e na política e, conseqüentemente, nas políticas. Subsumir a forma como estes países divergem dos países da Europa continental em diferenças de grau, limita claramente a capacidade explicativa, não só do seu “modelo de *welfare*”, como, também, dos desafios e pressões que enfrenta a reforma deste. Esta perspectiva vai ao encontro da abordagem “histórico-institucionalista”²⁶ e da conseqüente valorização da análise das escolhas e opções, quer estruturais, quer normativas, que são feitas durante um período longo de tempo, para a compreensão das dinâmicas em jogo. Tal implica uma refutação do a-historicismo que caracteriza muitas das análises da produção de *welfare* e requer um estudo que examine diversas variáveis e promova uma análise aprofundada da forma como sequências históricas e opções políticas produzem determinados *outputs* (Skocpol e outros, 1980).

Uma segunda conseqüência remete para a forma como conceitos agregadores de indicadores, como desmercadorização e desfamiliarização, são instrumentos analíticos pertinentes, na medida em que as dinâmicas por estes captadas limitam-se a um contínuo de mais ou menos, não revelando sensibilidade à complexidade característica de cada caso. Se falar de um modelo é, para utilizar a formulação de Esping-Andersen, “denotar que na relação entre estado e economia um conjunto complexo de características legais e institucionais encontram-se sistematicamente entrelaçadas” (1990: 2), então para compreender esse “entrelaçamento” é necessário considerar a complexidade dos factores que o consubstanciam, deixando de parte, por momentos, a parcimónia. Estudar as “afinidades electivas” (Ebbinghaus e outros 2001) que se desenvolvem entre as várias dimensões da produção do bem-estar requer, não apenas um enfoque nas dinâmicas destas, mas, também, que se dedique atenção à forma como se encastram nas estruturas sociais.

Para além do mais, considerando o estado ainda não suficientemente desenvolvido da literatura focada no sistema de bem-estar da Europa do Sul, assumir que o modelo destes países é uma versão pouco desenvolvida do “modelo corporativo” pode funcionar enquanto obstáculo epistemológico, colocando

constrangimentos à necessária exploração deste campo científico. De modo a iluminar a natureza ainda não totalmente clarificada da interacção entre protecção social, mercado de trabalho e família nesta região, importa omitir as semelhanças entre estes países e os do “modelo corporativo” e prestar maior atenção aos seus aspectos distintivos. A abordagem de Esping-Andersen, dadas a sua popularidade e poder analítico, concede-nos uma boa desculpa para, criticando-a, olhar para trás, para um tempo anterior ao seu papel quasi-hegemónico, e observarmos com maior pormenor a complexa matriz de interacções existente na Europa do Sul.

Notas

- 1 Este texto foi inicialmente escrito para a parte curricular do programa de doutoramento em ciências sociais e políticas no Instituto Universitário Europeu, tendo sido posteriormente apresentado enquanto comunicação à conferência “O Modelo Latino de Protecção Social”, realizada no ISEG, nos dias 21 e 22 de Setembro de 2001. O Miguel Cabrita, como paga de uma estadia em Florença, aceitou ler e comentar uma versão prévia. Devo ainda à Sílvia Sousa e a dois avaliadores anónimos um conjunto de comentários muito úteis e substantivos.
- 2 A hipótese geral da teoria *power resources* é que quanto maior o poder de partidos social-democratas ou trabalhistas maior é o desenvolvimento de políticas sociais favoráveis aos interesses dos trabalhadores assalariados. Por sua vez, a configuração de modelos de provisão social resulta da forma como relações de classe específicas a um dado país são enquadradas por instituições democráticas, designadamente os parlamentos e a concertação social. Para uma visão clássica desta perspectiva, cf. Walter Korpi (1983), para uma actualização desta corrente, cf. Michael Shalev (2001).
- 3 Para uma discussão das características essenciais de cada um dos modelos cf. Goodin e outros, 1999; Esping-Andersen, 1999; ou, disponível em português, Ferrera e outros, 2000b.
- 4 Para uma discussão detalhada das políticas sociais bismarckianas e dos seus objetivos implícitos cf. Baldwin, 1990.
- 5 Kees Van Kersbergen (1995), no seu estudo da relação entre democracia cristã e estado providência, dissecou com particular pormenor este tema.
- 6 Para além da Itália, que é incluída no seu livro de 1990, não há qualquer referência a Espanha, Grécia ou Portugal — ainda que Esping-Andersen tenha sido um dos primeiros autores a lidar com as características dos estados providências espanhol e português de um ponto de vista comparativo (1993). Contudo, esta análise não só era focada num número limitado de despesas sociais, durante um período de tempo curto, como não se relacionava directamente com a sua abordagem comparativa mais ampla.
- 7 É possível distinguir, de forma esquemática, três razões que fazem das tipologias importantes instrumentos de análise: a) ao promoverem a parcimónia ajudam-nos

a olhar para a floresta e não apenas para as árvores; b) ao agregarem diversas espécies de acordo com atributos semelhantes, facilitam a identificação de lógicas comuns de movimento e até mesmo relações causais; e c) ajudam-nos a gerar e testar hipóteses (Esping-Andersen, 1999: 73). Como sabemos, desde as primeiras abordagens comparativas, para compreender a sociedade e uma determinada realidade é fundamental fazer comparações. E de modo a fazer comparações é necessário classificar e fazê-lo com critérios analiticamente pertinentes, que possibilitem a definição de tipos. Esta abordagem levanta uma série de questões metodológicas, que se prendem quer com a própria potencialidade do método comparativo para compreender uma determinada realidade, quer com os critérios em que determinada comparação se baseia. Na verdade, há um equívoco frequente nas ciências sociais e que assenta na explicação de um determinado fenómeno empírico através do lugar ocupado numa tipologia, baseada numa construção conceptual. No entanto, e como demonstrado pela abordagem compreensiva de Max Weber, a definição de uma tipologia, no caso concreto de ideais tipos, é útil, não enquanto explicação teórica da realidade, em que a compreensão de um determinado fenómeno resulta de uma conceptualização detalhada deste através das lentes da tipologia, mas, sim, enquanto elemento que nos auxilia na organização da pesquisa e na compreensão da realidade. Ou seja, assim entendidas, as tipologias não têm como objectivo a definição detalhada e exaustiva de cada um dos tipos, mas antes a definição de critérios de comparabilidade e a identificação de dimensões analiticamente pertinentes (Pires, 1990: 84-5). Aliás, para Weber, a construção de ideais tipos não era de forma alguma um fim do conhecimento, mas, sim, um meio para esse mesmo conhecimento. Definir um tipo implica sempre sublinhar certos aspectos da realidade em resultado dos objectivos prévios em que assenta o projecto de investigação, ou seja, o acto de criar tipologias assenta numa decisão eminentemente conceptual, que visa estabelecer quais os aspectos a considerar, agregar e comparar. Neste sentido, é a teoria que cria a tipologia e não a tipologia que cria a teoria (Baldwin, 1996: 29), pelo que, de acordo com o projecto de investigação seguido, certos aspectos da realidade podem ser mais relevantes e merecer prioridade analítica.

- 8 As reivindicações para a criação de um quarto modelo não se limitam à Europa do Sul. Para além deste caso, a consideração de um modelo das antípodas — caracterizado por se tratar de uma combinação do modelo liberal e do modelo social-democrático, nomeadamente quando considerado o sistema de arbitragem salarial (Castles e Mitchell, 1993) —, bem como de um modelo do leste Asiático — caracterizado por um liberalismo de estado, combinado com um corporativismo autoritário, um movimento operário fraco e um familiarismo resistente (Esping-Andersen, 1999: 90-2) — é frequentemente referida pela literatura.
- 9 Dada a natureza deste artigo, não tratarei extensivamente das críticas de género à perspectiva de Esping-Andersen. Paul Pierson faz um resumo geral destas críticas e de que forma colocam em causa o modo como vemos a construção dos estados providência (2000: 802-4). Para uma crítica feminista de Esping-Andersen, cf. Lewis, 1992, 1997; Sainsbury, 1996.
- 10 Maurizio Ferrera defende que a França apresenta importantes diferenças, quer quanto à morfologia do seu estado providência, quer quanto ao contexto mais

genérico do seu desenvolvimento, para que seja passível de inclusão num modelo da Europa do Sul (1996: 35). Ainda assim, numa das primeiras tentativas de sistematizar as reflexões em torno do estado providência na Europa do Sul, a França foi incluída — cf. as actas da conferência “Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud”, organizada pela Mission de Recherche et Expérimentation (Mire, 1997), uma organização pública francesa. Para uma análise das semelhanças entre o modelo de *welfare* francês e o de outros países da Europa do Sul cf. Bonoli e outros, 1997.

- 11 Ainda assim, Giulio Sapelli (1995: 8) inclui a Turquia na sua análise da Europa do Sul, nomeadamente porque, juntamente com o argumento geográfico, este país, tal como os restantes quatro, tem revelado, nos últimos cinquenta anos, um crescimento rápido e importantes dinâmicas de mudança, bem como um sistema de democracia parlamentar sem paralelo no médio oriente.
- 12 Malefakis (1995) desenvolve uma análise sistemática e aprofundada das semelhanças entre estes quatro países. Conferir também o trabalho de Sapelli (1995) — focado na segunda metade do século XX — e de Giner (1995) — com uma interpretação mais sociológica dos processos de mudança nestas sociedades.
- 13 Neste ponto utilizo de forma extensiva os argumentos de Malefakis (1995: 36-9).
- 14 O caso da Grécia, que pode ser visto como excepcional, dada a existência de uma igreja nacional de cristianismo ortodoxo, é, de acordo com Giner, menos distinto, se considerarmos a identificação das diversas ditaduras com o helenismo e o essencialismo bizantino (1995: 40).
- 15 Neste ponto adapto duas abordagens. A primeira, proposta por Malefakis (1995), que sugere uma divisão dos séculos XIX e XX em quatro períodos: de 1814 a 1870 — “início traumático” —; de 1870 a 1914 — “consolidação imperfeita” —; de 1915 a 1949 — “conflito e colapso” — e, finalmente, 1950-92 — “transcendência e redenção”. A segunda, proposta por Giner (1995), que distingue quatro períodos, com limites temporais não definidos claramente: “governo oligárquico com exclusão popular extrema”; “consolidação burguesa com exclusão popular”; “ditaduras fascistas ou parafascistas”; e, finalmente, “democracia liberal e constitucional com corporativismo capitalista”.
- 16 Como sublinha Colin Crouch, “onde a Igreja católica foi culturalmente hegemónica o mais provável foi que a oposição à autoridade tradicional assumisse uma forma totalizante e contracultural. Isto na medida em que historicamente o catolicismo foi totalizante e hegemónico no sentido gramsciano” (2001: 179). Este é o caso de Portugal, de forma particularmente intensa durante a primeira república (cf. Guibentif, 1997).
- 17 Ainda que haja autores que datam a consolidação da democracia em Itália do final dos anos 70, com o “compromisso histórico” de Aldo Moro, cerca de trinta anos depois da transição (Gunter e outros, 1995: 22).
- 18 Novamente com variações regionais. A este nível o caso português é de um particular atraso, entre outras razões devido à conhecida antipatia de Salazar pela ideia de modernização económica. Para além do mais, a guerra colonial foi responsável, em larga medida, pela absorção do *boom* económico.
- 19 Ainda que o assunto do “familiarismo” não seja central no argumento de Ferrera,

- ele refere-se explicitamente à família e ao seu papel “compensatório” (*clearinghouse*) (1996: 21).
- 20 Para uma descrição do caso italiano cf. Niero, 1996 e Ferrera e outros, 2000; do caso espanhol, cf. Moreno e outros, 1993; Almeda e outros, 1996; e Guillén, 1996; do grego, cf. Katrougalos, 1996; Symeonidou, 1997; e Venieris, 1997; e do português, cf. Guibentif, 1997; e Mozzicafreddo, 1997.
- 21 Os casos dos “Plan de Empleo Rural” (PER) em Espanha e dos “Programas Ocupacionais” (POC) em Portugal são, em larga medida, exemplos disto.
- 22 As especificidades do mercado de trabalho português são um dos paradoxos mais interessantes que se colocam aos cientistas sociais que estudam os países da Europa do Sul. Como escrevem Blanchard e Jimeno (cit. em Glatzer, 1999), o desemprego alto em Espanha e baixo em Portugal pode ser o maior desafio empírico que enfrentam as teorias do desemprego estrutural ou, como sustenta Mary Daly, focando-se na participação feminina, “os padrões de Portugal opõem-se a muitas, senão todas, as explicações convencionais e serviram para desafiar em pontos chave a análise desenvolvida” (Daly, 2000: 508). Ainda que não sendo aqui o local para discutir extensivamente a especificidade do caso português, importa sublinhar que Portugal, apresentando dados do emprego e desemprego semelhantes aos dos países escandinavos, caracteriza-se por ter uma taxa de emprego de “esforço”, em que as mulheres combinam emprego a tempo inteiro com trabalho doméstico não assalariado (Torres e outros, 2000) — isto num contexto em que o número de serviços à família, pese embora a importante evolução recente, é ainda baixo. Para além do mais, Portugal tem uma taxa de emprego agrícola bastante superior à média da União (12,6% e 4,5%, respectivamente), bem como números elevados de auto-emprego (27,5% e 16,3%, respectivamente) (Eurostat, 2000), que muitas das vezes encobrem situações não regulares, bem como o que tem sido denominado de pluriactividade (Cabral, 1999). Os níveis baixos de produtividade, juntamente com os baixos salários, as baixas qualificações e o nível reduzido da protecção no desemprego, criam um contexto propício para altos níveis de emprego e baixos níveis de desemprego. Para termos uma explicação genérica da situação portuguesa, há que considerar ainda o papel das actividades económicas trabalho-intensivas (sendo os casos paradigmáticos o desenvolvimento da construção civil e obras públicas depois da adesão à UE e consequente usufruto do Fundo de Desenvolvimento Regional), o papel do Fundo Social Europeu no apoio a políticas activas de emprego, o crescimento rápido do sector dos serviços (nomeadamente em actividades que requerem mão-de-obra barata e pouco qualificada, maioritariamente feminina) e o papel decisivo do ajustamento via salários e não no emprego em períodos recessivos. Para um diagnóstico genérico do funcionamento do mercado de trabalho português cf. os sucessivos planos nacionais de emprego, existentes desde 1997, bem como Rodrigues, 1988.
- 23 Para uma abordagem da especificidade da participação feminina no mercado de trabalho em Portugal, cf. André e outros (2000) e Sousa (2001).
- 24 Em inglês: *immovable objects; welfare without work; e frozen fordism*.
- 25 Na Europa do Sul, os jovens tendem a ficar comparativamente mais tempo em casa dos pais. De acordo com González e outros (2000: 21), tal acontece devido à

ausência de um emprego estável e de habitações acessíveis, e também porque é culturalmente aceite — nomeadamente como consequência da lógica de solidariedade intergeracional. Mesmo quando os jovens têm um emprego bem remunerado, permanecem em casa dos pais até que tenham fontes de rendimento estáveis e tenham acumulado poupanças suficientes para adquirirem uma casa própria. Tendo em conta que as estruturas de autoridade no seio da família se alteraram, os jovens podem utilizar com alguma liberdade a sua família enquanto fortaleza, dentro da qual se preparam para um início seguro da sua vida de adultos. Assim, o caminho para a emancipação dá-se dentro da família e não a partir da família como sucede nos restantes países europeus. Becker e outros (2001), num artigo centrado no caso italiano, demonstram como os jovens tendem a ficar mais em casa dos pais consoante estes têm um emprego estável e menor propensão para o desemprego, havendo uma relação directa entre a instabilidade da relação laboral dos pais e a saída dos filhos de casa.

26 Para uma discussão dos vários institucionalismos, cf. Guy Peters, 1996.

Referências bibliográficas

- Almeda, Elisabet, e Sebastià Sarasa (1996), "Spain: growth to diversity", em Vic George e Peter Taylor-Gooby (orgs.), *European Welfare Policy: Squaring the Welfare Circle*, Londres, Macmillan Press, pp. 155-198.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Karin Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal: Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- André, Isabel Margarida, e Paulo Areosa Feio (2000), "Development and equality between women and men in the Portuguese labour market", em Maria José González, Teresa Jurado e Manuela Naldini (orgs.), *Gender Inequalities in Southern Europe: Women, Work and Welfare in the 1990's*, Londres, Frank Cass, pp. 54-71.
- Andreotti, Alberta, Soledad Marisol Garcia, Aitor Gomez, Pedro Hespanha, Yuri Kazepov e Enzo Mingione (2001), "Does a southern European model exist?", *Journal of European Area Studies*, 9 (1), pp. 43-62.
- Baldwin, Peter (1990), *The Politics of Social Solidarity*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Baldwin, Peter (1996), "Can we define a European welfare model?", em Bent Greve (org.), *Comparative Welfare Systems: The Scandinavian Model in a Period of Change*, Houndmills, Macmillan, pp. 29-44.
- Becker, Sascha O., Samuel Bentolila, e Andrea Ichino (2001), *Parental Job Insecurity and Children's Emancipation: The Italian Puzzle*, Center for Economic Policy Research.
- Bermeo, Nancy (1999), "What's working in Southern Europe?", em Nancy Bermeo (org.) "Unemployment in Southern Europe: coping with the consequences", número especial de *Southern European Society and Politics*, 4 (3), pp. 263-287.

- Boje, Thomas (1996), "Welfare state models in comparative research: do the models describe the reality?", em Bent Greve (org.), *Comparative Welfare Systems: The Scandinavian Model in a Period of Change*, Houndmills, Macmillan, pp. 13-27.
- Bonoli, G., e Bruno Palier (1997), "Reclaiming welfare: the politics of reform of the French social protection system", *Southern European Society and Politics*, 3.
- Cabral, Manuel Villaverde (1999), "Unemployment and the political economy of the Portuguese labour market", em Nancy Bermeo (org.), "Unemployment in Southern Europe: coping with the consequences", número especial de *Southern European Society and Politics*, 4 (3), pp. 222-238.
- Capucha, Luís (1998), "Pobreza, exclusão social e marginalidades", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal: Que Modernidade?*. Oeiras, Celta Editora, pp. 209-242.
- Castles, Francis G. (1994), "On religion and public policy: does Catholicism make a difference?", *European Journal of Political Research*, 25, pp. 19-40.
- Castles, Francis G. (1995), "Welfare state development in southern Europe", *West European Politics*, 18 (2), pp. 291-313.
- Castles, Francis G., e Deborah Mitchell (1993), "Worlds of welfare and families of nations", em Francis G. Castles (org.), *Families of Nations: Patterns of Public Policy in Western Democracies*, Aldershot, Dartmouth, pp. 93-128.
- Comissão Europeia (2000), *Social Protection in Europe 1999*, Bruxelas, Direcção-Geral para o Emprego e Assuntos Sociais.
- Conselho da Europa (2000), *Recent Demographic Developments*, Estrasburgo, Council of Europe Publishing.
- Cousins, Christine (2000), "Women and employment in Southern Europe: the implications of recent policy and labour market directions", *South European Society and Politics*, 5 (1), Londres, Frank Cass, pp. 97-122.
- Crouch, Colin (2001), "Welfare state regimes and industrial relations systems: the questionable role of path dependency theory", em Bernhard Ebbinghaus e Philip Manow (orgs.), *Comparing Welfare Capitalism: Social Policy and Political Economy in Europe, Japan and the USA*, Londres, Routledge, pp. 175-212.
- Daly, Mary (2000), "A fine balance: women's labor market participation in international economy", em Fritz W. Scharpf e Vivien A. Schmidt (orgs.), *Welfare and Work in the Open Economy: Diverse Responses to Common Challenges*, II, Oxford, Oxford University Press, pp. 462-510.
- Ebbinghaus, Bernhard, Philip Manow (2001), "varieties of welfare capitalism: an outlook on future directions of research", em Bernhard Ebbinghaus e Philip Manow (orgs.), *Comparing Welfare Capitalism: Social Policy and Political Economy in Europe, Japan and the USA*, Londres, Routledge, pp. 521-540.
- Esping-Andersen, Gøsta (1990, 1996), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Esping-Andersen, Gøsta (1993), "Orçamentos e democracia: o estado-providência em Espanha e Portugal, 1960-1986", *Análise Social*, 122, pp. 589-606.
- Esping-Andersen, Gøsta (1996), "After the golden age? Welfare dilemmas in a global economy", em Gøsta Esping-Andersen (org.), *Welfare States in Transition: National Adaptions in Global Economies*, Londres, Sage, pp. 1-31.

- Esping-Andersen, Gøsta (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford, Oxford University Press.
- Eurostat (s/d), *European Community Household Panel: Database of 1996*.
- Eurostat (2000), "Enquête sur les forces de travail: principaux résultats 1999", *Statistiques en Bref: Population et Conditions Sociales*, 5.
- Ferrera, Maurizio (1996), "The Southern model of welfare in social Europe", *Journal of European Social Policy*, 6 (1), pp. 17-37.
- Ferrera, Maurizio (1997), "Introduction générale", em *Comparer les Systèmes de Protection Sociale en Europe du Sud: Rencontres de Florence*, Mire, Rencontres et Recherches, 3, pp. 15-25.
- Ferrera, Maurizio (2000), "European integration and national social sovereignty: changing boundaries, new structuring ?" (policopiado).
- Ferrera, Maurizio, e Elisabetta Gualmini (2000), "Italy: rescue from without?", em Fritz W. Scharpf e Vivien A. Schmidt (orgs.), *Welfare and Work in the Open Economy: Diverse Responses to Common Challenges*, II, Oxford, Oxford University Press, pp. 351-398.
- Ferrera, Maurizio, Anton Hemerijck e Martin Rhodes (2000b), *O Futuro da Europa Social*, Oeiras, Celta Editora.
- Flaquer, Luis (2000), "Is there a Southern European model of family policy", em Astrid Pfenning e Thomas Bahle (orgs.), *Families and Family Policies in Europe: Comparative Perspectives*, Francoforte/Nova Iorque, Peter Lang, pp. 15-33.
- Flora, Peter (org) (1986), *Growth to Limits*, Berlim, De Gruyter.
- Giner, Salvador (1995), "La modernización de la Europa meridional: una interpretación sociológica", em Sebastià Sarasa e Luis Moreno (orgs.), *El Estado del Bienestar en la Europa del Sur*, Madrid, CSIC, pp. 9-59.
- Glatzer, Miguel (1999), "Rigidity and flexibility: patterns of labour market policy change in Portugal and Spain, 1981-96", em Nancy Bermeo (org.) (1999), "Unemployment in Southern Europe: coping with the consequences", número especial de *Southern European Society and Politics*, 4 (3), pp. 90-110.
- González, Maria José, Teresa Jurado e Manuela Naldini (2000), "Introduction: interpreting the transformation of gender inequalities in southern Europe", em Maria José González, Teresa Jurado e Manuela Naldini (orgs.), *Gender Inequalities in Southern Europe: Women, Work and Welfare in the 1990's*, Londres, Frank Cass, pp. 4-34.
- Goodin, Robert E., Bruce Headey, Ruud Muffels e Henk-Jan Dirven (1999), *The Real Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Gough, Ian (1996), "Social assistance in southern Europe", em *South European Society and Politics*, 1 (1), Londres, Frank Cass, pp. 1-23.
- Guerrero, Teresa Jurado, e Manuela Naldini (1997), "Is the south so different? Italian and Spanish families in comparative perspective", em Martin Rhodes (org.), *Southern European Welfare States: Between Crisis and Reform*, Londres, Frank Cass.
- Guibentif, Pierre (1997), "Les transformations de l'appareil portugais de sécurité sociale", em *Comparer les Systèmes de Protection Sociale en Europe du Sud: Rencontres de Florence*, Mire, Rencontres et Recherches, 3, pp. 49-69.

- Guillén, Ana M. (1996), "Citizenship and social policy in democratic Spain: the reformulation of the francoist welfare state", *South European Society and Politics*, 1 (2), Londres, Frank Cass, pp. 253-271.
- Guillén, Ana, Santiago Álvarez e Pedro Adão e Silva (2001), "Redesigning the Spanish and Portuguese welfare states: the impact of accession into the European Union", *Center for European Studies Working Papers*, Harvard, Harvard University.
- Gunther, Richard, Hans-Jurgen Puhle e P. Nikiforos Diamandouros (1995), "Introduction", em Richard Gunther, Hans-Jurgen Puhle e P. Nikiforos Diamandouros (orgs.), *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, Baltimore e Londres, The John Hopkins University Press, pp. 1-32.
- Guy Peters, B. (1996), "Political institutions, old and new", em Robert E. Goodin e Hans Dieter Klingemann (orgs.), *A New Handbook of Political Science*, Oxford, OUP, pp. 205-220.
- Hespanha, Pedro e outros (2000), *Entre o Estado e o Mercado: As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*, Coimbra, Quarteto Editora.
- Iversen, T., e A. Wren (1998), "Equality, employment and budgetary restraint: the trilemma of the service economy", *World Politics*, 50 (4), pp. 507-546.
- Katrougalos, George S. (1996), "The south European welfare model: the Greek welfare state, in search of an identity", *Journal of European Social Policy*, 6 (1), pp. 39-60.
- Kersbergen, Kees van (1995), *Social Capitalism: A Study of Christian Democracy and the Welfare State*, Londres, Routledge.
- Korpi, Walter (1983), *The Democratic Class Struggle*, Londres, Routledge.
- Leibfried, S. (1992), "Towards a European welfare state? On integrating poverty regimes into the European Community", em Z. Ferge e J. E. Kolberg (orgs.), *Social Policies in a Changing Europe*, Francoforte, Campus Verlag, pp. 245-80.
- Lewis, Jane (1992), "Gender and the development of welfare regimes", *Journal of European Social Policy*, 2 (3), pp. 159-173.
- Lewis, Jane (1997), "Gender and welfare regimes: further thoughts", *Social Politics*, Verão de 1997, pp. 160-177.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal: Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Malefakis, Edward (1995), "The political and socioeconomic contours of Southern European history", em Richard Gunther, Hans-Jurgen Puhle e P. Nikiforos Diamandouros, (orgs.), *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, Baltimore e Londres, The John Hopkins University Press, pp. 33-76.
- Maravall, José María (1997), *Regimes, Politics and Markets: Democratization and the Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, Baltimore e Londres, The John Hopkins University Press, pp. 1-32.
- Marshall, T. H. (1950, 1996), *Citizenship and Social Class*, Londres, Pluto Press.
- Martin, Claude (1997), "Social welfare and the family in southern Europe", em Martin Rhodes (org.), *Southern European Welfare States: Between Crisis and Reform*, Londres, Frank Cass, pp. 23-41.

- Moreno, Luis, e Sebastià Sarasa (1993), "Génesis y desarrollo del estado del bienestar en España", *Revista Internacional de Sociología*, 6, pp. 27-69.
- Mozzicafreddo, Juan (1992), "O estado-providência em Portugal: estratégias contraditórias", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 57-89.
- Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Naldini, Manuela (1999), *Evolution of Social Policy and the Institutional Definition of Family Policies: The Italian and Spanish Cases in Historical and Comparative Perspectives*, dissertação para obtenção do grau de doutoramento, Florença, EUI.
- Niero, Mauro (1996), "Italy: right turn for the welfare state?", em Vic George, e Peter Taylor-Gooby (orgs.), *European Welfare Policy: Squaring the Welfare Circle*, Londres, Macmillan Press, pp. 117-135.
- OCDE (2000), *Employment Outlook*, Paris, OCDE.
- Pedroso, Paulo (1998), "Direitos e solidariedade: perspectivas para a promoção da integração para todos", *Sociedade e Trabalho*, 3, pp. 6-17.
- Pedroso, Paulo (1999), "Estados providência na Europa: depois da retórica da crise", em *Janus 99-2000: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e UAL, pp. 196-97.
- Pereirinha, José A. (1997), "Welfare states and anti-poverty regimes: the case of Portugal", em Martin Rhodes (org.), *Southern European Welfare States: Between Crisis and Reform*, Londres, Frank Cass, pp. 198-218.
- Pierson, Paul (1998), "Irresistible forces, immovable objects: post-industrial welfare states confront permanent austerity", *Journal of European Public Policy*, 5-4, pp. 539-560.
- Pierson, Paul (2000), "Three worlds of welfare research", *Comparative Political Studies*, 6-7, pp. 791-821.
- Pinto, José Madureira (2000), comunicação apresentada na conferência *Europe, Globalization and the Future of Social Policy*, Lisboa, Maio 2000.
- Pires, Rui Pena (1990), "Semiperiferia versus polarização", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 8, pp. 81-90.
- Polanyi, Karl (1944), *The Great Transformation*, Nova Iorque, Rinehart.
- Rhodes, Martin (1997), "Southern European welfare states: identity, problems and prospects for reform", em Martin Rhodes (org.), *Southern European Welfare States: Between Crisis and Reform*, Londres, Frank Cass, pp. 1-22.
- Rhodes, Martin (1997b), "The welfare state: internal challenges, external constraints", em M. Rhodes, Heywood e V. Wright (orgs.), *Developments in West European Politics*, Londres, Macmillan Press, pp. 57-74.
- Rodrigues, Maria João (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Sainsbury, Diane (1996), *Gender, Equality and Welfare States*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice*, Porto, Edições Afrontamento.
- Sapelli, Giulio (1995), *Southern Europe Since 1945: Tradition and Modernity in Portugal, Spain, Italy, Greece and Turkey*, Londres e Nova Iorque, Longman.
- Scharpf, Fritz (1997), "Combating unemployment in continental Europe: policy options under internationalization", *RSC Policy Paper*, n.º 3, Florença, Robert Schuman Center, European University Institute,

- Shalev, Michael (2001), "The politics of elective affinities: a commentary", em Bernhard Ebbinghaus e Philip Manow (orgs.), *Comparing Welfare Capitalism: Social Policy and Political Economy in Europe, Japan and the USA*, Londres, Routledge, pp. 488-520.
- Silva, Pedro Adão e (1998), "O RMG e a nova questão social", *Sociedade e Trabalho*, 3, pp. 34-49.
- Silva, Pedro Adão e (2002), "Putting the Portuguese welfare system in context", em F. Monteiro, J. Tavares, M. Glatzer e A. Cardoso (orgs.), *Portugal: Strategic Options in a European Context*, Boston, Lexington Books (no prelo).
- Skocpol, Theda, e Margaret Somers (1980), "The uses of comparative history in macrosocial inquiry", *Comparative Studies in Society and History*, 22, pp. 174-97.
- Sousa, Sílvia (2001), "Who are the females that work in Portugal and would not work in other Southern European countries?", comunicação apresentada ao *II Year Forum*, Economics Department, IUE, Florença (policopiado).
- Symeonidou, Haris (1997), "Social protection in contemporary Greece", em Rhodes Martin (org.), *Southern European Welfare States: Between Crisis and Reform*, Londres, Frank Cass, pp. 67-86.
- Titmuss, Richard (1974), *Social Policy*, Londres, Allen and Unwin.
- Torres, Anália, Francisco Vieira da Silva, Teresa Líbano Monteiro, Miguel Cabrita e Filipa Henriques de Jesus (2000), "Trabalho e vida familiar: problemas, soluções e perplexidades", *Cadernos de Política Social*, Lisboa, APSS.
- Venieris, Dimitros N. (1997), "Dimensions of social policy in Greece", em Martin Rhodes (org.), *Southern European Welfare States: Between Crisis and Reform*, Londres, Frank Cass., pp. 260-269.
- Wall, Karin (1995), "Apontamentos sobre a família na política social portuguesa", *Análise Social*, XXX (131-132), pp. 431-458.
- Wall, Karin, Sofia Aboim, Vanessa Cunha e Pedro Vasconcelos (2001), "Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality", *Journal of European Social Policy*, 11 (3).

Pedro Adão e Silva. Sociólogo. Investigador no Departamento de Ciências Sociais e Políticas do Instituto Universitário Europeu (Florença);
e-mail: pedro.pereira@iue.it. Bolseiro da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários (Ministério dos Negócios Estrangeiros) e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério para a Ciência e Tecnologia).

